

CAPOEIRA



Revista de Humanidades e Letras

ISSN: 2359-2354

Vol. 4 | Nº. 2 | Ano 2018

Paulo Andrade M. Filho
(Contramestre Sem Terra)

NA GINGA COM O ESTADO:

Conflitos em torno da salvaguarda e políticas públicas na capoeiragem baiana

RESUMO

Neste breve artigo, analisaremos algumas contradições e conflitos nas relações entre a capoeira e o Estado nos processos de construção da salvaguarda e outras políticas públicas, bem como nos diferentes movimentos e entidades que pretendem responder por este campo, tão diverso e heterogêneo.

Palavras chave: Capoeira, Política cultural, Patrimônio.

ABSTRACT

In this brief article, we will analyze some contradictions and conflicts in the relations between capoeira and the State in the processes of construction of the safeguard and other public policies, as well as in the different movements and entities that intend to respond for this so diverse and heterogeneous field.

Key words : Capoeira; intangible heritage; safeguard.

Site/Contato

www.capoeirahumanidadeseletras.com.br

capoeira.revista@gmail.com

Editores

Marcos Carvalho Lopes

marcosclopes@unilab.edu.br

Pedro Acosta-Leyva

leyva@unilab.edu.br

NA GINGA COM O ESTADO: Conflitos em torno da salvaguarda e políticas públicas na capoeiragem baiana

Paulo Andrade Magalhães Filho (Contramestre Sem Terra)¹

Em discurso à ONU em 2004, o então ministro da cultura Gilberto Gil classifica a capoeira como “ícone da representatividade do Brasil perante os demais povos”, homenageia mestres e professores como “embaixadores da Cultura Brasileira” e fala da “diáspora da capoeira no mundo”, estando presente em mais de 150 países. Se inicia ali uma série de ações voltadas para a capoeira, que incluem pontos de cultura (Programa Cultura Viva), os editais Capoeira Viva e Viva Meu Mestre e o registro da capoeira como patrimônio imaterial brasileiro, em 2008, e patrimônio da humanidade, em 2014.

Aparentemente são políticas que trabalham na preservação dos saberes populares respeitando a autonomia dos seus detentores. Mas na prática, o *modus operandi* do Estado e a cultura geral dos capoeiristas tiveram vários choques e embates, como o que inviabilizou a continuidade do Programa Pró-Capoeira, em 2010. Os conflitos em torno do patrimônio configuram na verdade processos de disputa pela herança simbólica de diferentes grupos socioculturais e étnico-raciais. Os deslocamentos que se dão a partir do momento em que se materializam políticas de promoção do patrimônio imaterial são conquistas de setores historicamente marginalizados, que dentro de determinada correlação de forças conseguem impor suas memórias subterrâneas e fazer com que elas se incorporem à memória oficial, ainda de que forma subalternizada.

¹ Doutorando pelo Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (Pós-Cultura – UFBA). Jornalista (UFMG), Mestre em Ciências Sociais (UFBA). Contramestre de capoeira Angola, membro da Associação Brasileira de Capoeira Angola e do Conselho Gestor da Salvaguarda da Capoeira na Bahia. E-mail: paulomagalhaes80@gmail.com

O Patrimônio em Disputa

As primeiras políticas de preservação do patrimônio foram construídas após a Revolução Francesa, “para responder à urgência de salvar da rapinagem e da destruição os imóveis e as obras de arte, antes pertencentes ao clero e à nobreza, que foram transformados em propriedades do Estado” (SANT'ANNA, 2003). Após a Segunda Guerra Mundial, as políticas de patrimônio tiveram um forte ímpeto de valorização, no processo de reconstrução do “Velho Mundo”, a Europa destruída pela Guerra. A noção de que alguns monumentos e sítios são patrimônios da humanidade e que por isso os custos de sua reconstrução e preservação devem ser coletivizados não deixa de remeter a determinada correlação de forças mundial, uma forma de socializar os custos da reconstrução europeia. Nesse sentido, a noção de patrimônio cultural é incorporada pelas Nações Unidas e passa a fazer parte das recomendações para a formulação de elaboração e execução de políticas públicas em todo o mundo. A política de patrimônio tradicionalmente implementada no Brasil, apelidada de “pedra e cal”, concentrou-se basicamente na recuperação de templos católicos e casarões antigos, representativos da herança lusitana no Brasil. Sob justificativas técnicas, argumentava-se que “o tombamento de centenas de igrejas e monumentos católicos teria se dado apenas por razões artístico-arquitetônicas” (VELHO, 2006). O cultivo da herança colonial lusitana e católica garantia a celebração de um passado elaborado sob a ótica das classes dominantes, desconsiderando, buscando esquecer e apagar outras heranças constitutivas do povo brasileiro. De acordo com Adalberto Santos (2012, p. 75), “as políticas de patrimônio, numa relação estreita com as políticas de produção da memória nacional, foram tomadas como elemento que atuavam como o ‘cimento’ indispensável à coesão social necessária para emergência e sobrevivência dos regimes ditatoriais brasileiros”.

Em âmbito internacional, há tensionamentos em relação a uma compreensão mais ampliada do patrimônio. Na cultura oriental, a ideia de patrimônio não se concentrava em objetos e construções materiais, mas no sentido social e no conhecimento necessário para produzi-los. “De acordo com essa concepção, as pessoas que detêm o conhecimento preservam e transmitem as tradições, tornando-se mais importantes do que as coisas que as corporificam” (SANT'ANNA, 2003). Já nos anos 1950 o Japão elabora políticas de patrimônio cultural centradas em pessoas e grupos mantenedores de tradições. Desde a Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da Unesco, em 1972, países do chamado “Terceiro Mundo” reivindicavam o desenvolvimento de estudos que caminhassem para a salvaguarda de manifestações culturais. Em 1989, a Unesco aprovou em sua Conferência Geral a

Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular, criando as bases para o inventário e salvaguarda de bens culturais intangíveis.

A Constituição de 1988 dá um passo fundamental ao inserir narrativas existentes fora do padrão moderno europeu como referência à identidade nacional. Desse modo, amplia a noção de patrimônio brasileiro, incluindo a referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. (SANTOS, 2012, p. 83).

A criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN, posteriormente transformado em IPHAN) em 1937 é o marco brasileiro na construção de políticas públicas de patrimônio, e institui o tombamento como o mecanismo central de sua política de preservação. Embora Mário de Andrade, redator do anteprojeto de criação do SPHAN, tenha elaborado uma concepção avançada de patrimônio e se empenhado em pesquisas sobre a cultura popular brasileira, apenas 2000 vai surgir um instrumento legal para as políticas de patrimônio intangível, com a criação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI).

Laurajane Smith (2006) argumenta que existe um discurso hegemônico sobre o patrimônio (ou herança, na tradução literal do termo em inglês – por não haver pretensões de debater as particularidades semânticas de cada termo e língua, optaremos por utilizá-los como sinônimos). Em suas palavras, o discurso hegemônico “valida um conjunto de práticas e performances que povoa construções populares e acadêmicas de ‘patrimônio’ e mina ideias alternativas e subalternas sobre ‘patrimônio’” (p. 11, tradução nossa). O processo de patrimonialização é conduzido pelo Estado, através de acadêmicos e especialistas autorizados que se revestem de autoridade para declarar o que é patrimônio e o que não é. Podemos claramente enxergar, ao longo da história, como a concepção hegemônica de patrimônio esteve exclusivamente voltada para a herança europeia, e no Brasil, limitou-se à reforma de igrejas católicas e de casarões anteriormente ocupados pela classe dominante. Um momento simbólico de questionamento e contraponto a esse discurso hegemônico foi o tombamento do Terreiro da Casa Branca, em 1984, descrito por Gilberto Velho (2006). A formulação de políticas de patrimônio imaterial foi uma conquista de setores contra-hegemônicos e subalternos, tanto em âmbito mundial (países de “terceiro mundo”) como no campo brasileiro (heranças africanas, indígenas e populares). Mas dentro desse campo, os conflitos são inevitáveis. No processo de patrimonialização, alguns representantes são escolhidos como interlocutores privilegiados para dialogar com as autoridades institucionais, sendo assim alçadas à condição de autoridades da cultura. Analisando a relação entre a capoeira angola e intelectuais, Simone Vassallo (2003, p. 15) constata que “não se pode mais negar o fato de que as produções eruditas deixam marcas indeléveis nas expressões culturais que consideram ser as mais tradicionais, bem como no

conjunto do seu próprio objeto de estudos: a cultura popular”. Smith (2006) comenta sobre essas relações, ao afirmar que

As relações de poder subjacentes ao discurso identificam aquelas pessoas que têm a habilidade ou autoridade para “falar” sobre ou “pelo” patrimônio... e aquelas que não têm. O estabelecimento dessa fronteira é facilitado por suposições sobre o valor inato do patrimônio, que trabalha para obscurecer a polifonia de muitos valores e significados do patrimônio. (p. 12, tradução nossa)

Analisaremos de forma breve alguns dos conflitos em torno do processo de patrimonialização da capoeira e as disputas entre seus principais atores.

Capoeira e Patrimônio

Em 2008, a capoeira foi registrada como patrimônio imaterial brasileiro, sendo inscrita em dois livros. O ofício dos mestres da capoeira foi inscrito no Livro dos Saberes, e a roda de capoeira no Livro das Formas de Expressão. Já na cerimônia, no dia 15 de julho, se manifestaram algumas dessas contradições. Muitos mestres apontaram a contradição simbólica na composição da mesa, que incluía autoridades acadêmicas e governamentais, e não os antigos mestres que se colocam como detentores desse patrimônio. No próprio site do Ministério da Cultura, na véspera da cerimônia, os dissensos se manifestavam:

Nomes que hoje são referência na capoeira alegaram que não foram consultados para a definição do plano de salvaguarda, que reúne uma série de recomendações para preservação da tradição cultural. Mestres como Curió, Boca Rica e Moraes afirmam que ficaram de fora das discussões, embora a representante do Iphan tenha dito que houve um trabalho compartilhado. “Não fui consultado para contribuir com minha experiência. Não vejo com surpresa. Sou crítico e com condição de criticar. Mas receio que seja beneficiado apenas quem contribuiu para o projeto e não pelo verdadeiro legado”, lamentou Pedro Moraes Trindade, 58 anos, o mestre Moraes.²

Com o decorrer do processo, as contradições, que se expressam não apenas entre os capoeiristas e o Estado/Academia, mas dentro do próprio campo da capoeira, se acirraram. Em julho de 2009 foi instituído o Grupo de Trabalho Pró Capoeira (GTPC), formado por representantes da Fundação Cultural Palmares, das secretarias da Identidade e da Diversidade Cultural e de Políticas Culturais do Ministério da Cultura, sendo coordenado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)³. Em 2010, o GTPC lança um edital⁴ para a contratação de dez consultores especialistas em capoeira, dois para cada região do Brasil, para a construção dos Encontros Pró-Capoeira, como parte do processo de construção do Plano de

² <http://www.cultura.gov.br/site/2008/07/14/capoeira-da-a-volta-por-cima/>

³ <http://www.palmares.gov.br/2010/09/comecam-os-encontros-pro-capoeira/>

⁴ <http://www.palmares.gov.br/2010/07/chamada-publica-pro-capoeira/>

Salvuarda. Contratados através da Oscip Intercult, esses especialistas deveriam atuar na “identificação de pessoas que sejam referências e que tenham representatividade para participar dos encontros; pela relatoria e consolidação dos resultados dos encontros; pela coordenação dos debates, mesas e grupos de trabalho; pela elaboração de textos e documentos referenciais”. Ou seja, estes consultores não seriam responsáveis apenas pela mediação entre os capoeiristas e o Estado, ajudando a articular e mobilizar o campo, mas se tornariam responsáveis pela indicação dos mestres que seriam ouvidos pelo Estado na construção do Plano de Salvuarda da Capoeira. Tivemos um edital promovido pelo governo em parceria com uma Oscip autorizando especialistas (com diferentes níveis de representatividade nos campos da academia e da capoeira, mas com ênfase acadêmica) a decidir quem fala pelo campo. Num campo minado como o da capoeira, a realização de encontros nestes moldes não poderia deixar de ser problemática.

Durante a realização do Encontro Pró-Capoeira da Região Nordeste, em Recife, um grupo de capoeiristas, liderados pela bancada baiana, se reúne para tecer fortes críticas à metodologia de construção dos encontros. Lá mesmo no hotel foi elaborado e lida uma carta, posteriormente reformulada e amplamente divulgada com o nome de Manifesto da Bahia. Destacamos aqui os principais itens, que manifestavam desacordo com:

Forma de definição dos participantes; Forma de discussão estabelecida, onde as propostas discutidas em cada GT não passaram pela aprovação da Assembleia Final; Contra algumas propostas apresentadas pelos Grupos de Trabalho:

1. Formalização de um modelo oficial da capoeira como esporte de alto rendimento, visando a sua inclusão nas Olimpíadas.
2. Regulamentação da profissão a partir da lógica do mercado, engessando a capoeira num modelo pré-estabelecido e submetendo toda a comunidade de mestres e professores a um Conselho Federal que será o responsável por determinar quem pode e quem não pode exercer essas funções
3. Submeter a formação do capoeirista ao ensino universitário como obrigatoriedade, quebrando assim as formas tradicionais de transmissão desses saberes, onde o mestre tem papel central.

No texto “Uma Análise do Pró-Capoeira”⁵, o autor, Mestre Duda Carvalho (um dos articuladores do movimento e do manifesto) explicita sua compreensão sobre um destes pontos de crítica:

Sabemos e militamos que a consulta deve ser popular, porém devemos ter clareza que a proposição de políticas públicas por representantes da capoeira que não estejam a par da conjuntura é um grande risco, apenas ser capoeirista não qualifica o sujeito para representar uma comunidade de capoeira extremamente rica e diversificada, essa é uma tarefa que deve ser cumprida por um capoeirista militante que possam representar os interesses da comunidade em geral e não de grupos específicos com interesses próprios, e para tal representatividade esses

⁵ <http://militanciaecapoeira.blogspot.com.br/2010/10/essa-e-uma-analise-que-se-propoe.html>

sujeitos devem ser eleitos em assembléias de capoeiristas de cada região, e não seguir a dinâmica proposta pelo Pró-capoeira, de escolher seus consultores para que estes escolham os representantes.

Esta colocação demonstra uma visão não necessariamente compartilhada pela maioria do campo, e que suscita debates em relação à representatividade. Afinal, quem pode falar pela capoeira? Os antigos mestres? As pessoas mais qualificadas, independente do tempo de capoeira? Os que têm mais trabalho, ou seja, mais alunos?

Qualquer das opções anteriores traz problemas e soluções. Os antigos mestres são considerados os guardiões destes saberes antigos, as referências da comunidade, e seu ofício foi registrado como patrimônio imaterial brasileiro. Entretanto, uma boa parte deles não teve educação formal e tem dificuldade de dialogar com o Estado utilizando a linguagem deste, de legislação, direitos e políticas públicas. Em consequência disto, muitos se fazem representar por alunos, por vezes sem o tempo de capoeira necessário para ocupar aquele espaço. Estes alunos são quem costumam elaborar os projetos dos mestres e grupos, cumprindo portanto um papel de mediação e tradução entre os saberes tradicionais e o Estado.

Outra opção possível de representação seria a quantitativa, pensando como representativos os líderes dos grandes grupos, com muitos alunos. Isto traria também graves problemas para a política da capoeiragem, na medida em que os megagrupos e seus interesses específicos seriam super-representados. “A esses megagrupos atribuímos a responsabilidade de incorporar gradativamente as relações produtivas ‘de modo de produção capitalista’ no universo da capoeira”, afirma o pesquisador Benedito Araújo (2008, p.61).

Interessante é notar que uma ação governamental que pretendia ouvir o campo em questão provocou uma cascata de reações que protestavam justamente pelo fato de não serem ouvidos! Além dos motivos óbvios ligados ao rompimento frontal para com a relação hierárquica tradicional da capoeira, que é conduzida pelos mais velhos, outras questões, mais subterrâneas, se manifestavam. Estavam aí colocadas diversas disputas dentro do campo capoeirístico, inclusive de quem seriam os mediadores, os interlocutores do campo para com o Estado. Sérias disputas de projeto vieram à tona, como as diferentes posições colocadas em torno do processo de esportivização da capoeira e sua possível transformação em esporte olímpico. Diante destas e de outras questões, o IPHAN preferiu não se posicionar.

Em relação ao campo da capoeira, cabe ressaltar que se trata de um registro com características únicas, em relação às políticas desenvolvidas até então pelo Departamento de Patrimônio Imaterial do IPHAN. Dos cerca de quarenta bens culturais registrados⁶, podemos

⁶ <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/606>

dizer que, fora o Ofício dos Mestres e a Roda de Capoeira, quase todos são delimitados espacialmente. Há ofícios, como o das Baianas de Acarajé, das Paneleiras de Goiabeiras e dos Sineiros; festas, como as do Círio de Nossa Senhora de Nazaré, do Divino Espírito Santo de Pirenópolis e de Sant'Ana de Caicó; modos de fazer, como os da Viola-de-Cocho e os do Queijo de Minas, Renda Irlandesa e Boneca Karajá; locais, como a Cachoeira de Iauaretê, a Feira de Caruaru e o Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro... Das manifestações culturais, quase todas são determinadas de locais específicos, como o Samba de Roda do Recôncavo Baiano, as Matrizes do Samba do Rio, o Jongo do Sudeste, o Frevo de Pernambuco, o Tambor de Crioula do Maranhão... Para uma equivalência em termos de raio de registro para ações de salvaguarda, o IPHAN deveria ter registrado a Capoeira Angola da Bahia. Registrar a capoeira seria equivalente a registrar o samba, por exemplo, colocando em um mesmo balaio samba chula, samba enredo, partido-alto, bossa-nova, samba-reggae, samba-funk, samba-rock, pagode... Mesmo o dossiê tendo reconhecido a Bahia como matriz das capoeiras que se desenvolveram pelo mundo (apesar do Rio de Janeiro e de Recife alegarem uma suposta origem mítica), o registro da capoeira propõe políticas para todos os segmentos da capoeira, tanto para suas vertentes tradicionais, quanto para os projetos identitários contemporâneos, sob forte influência do modelo de organização desportivo. E aí as disputam dentro do campo se acirram. Quem deveria ter um patamar privilegiado de interlocução e ser realmente alvo de políticas públicas: os setores tradicionais, minoritários, cujas características identitárias são a matriz de todas as manifestações posteriores, ou os setores contemporâneos, que introduziram inovações, se descolaram dos antigos mestres, mas têm uma representatividade numérica consideravelmente maior?

Capoeira e Militância

Os questionamentos à metodologia governamental encontraram eco na comunidade capoeirista. Após reuniões realizadas em Salvador, diversos capoeiristas organizaram um ato público de protesto contra o Pró-Capoeira, com faixas, cartazes e carro de som, em data que coincidia com a realização do Encontro das Regiões Sul e Sudeste, realizado no Rio de Janeiro. Posteriormente, após meses de reuniões no Forte Santo Antônio, com a presença de dezenas de mestres de variadas linhagens e estilos de capoeira, é organizado o I Seminário Baiano de Proposição de Políticas Públicas para a Capoeira, que elabora um documento⁷ com diversas

⁷ <http://militanciaecapoeira.blogspot.com.br/2011/03/documento-final-do-seminario-baiano.html>

recomendações aos poderes públicos. Este amplo processo de mobilização terminou por reunir pessoas afins em um movimento organizado, e parte dessa linha de frente criou o Coletivo Capoeira e Militância⁸, que continuaria travando várias batalhas.

O Coletivo tem suas raízes no final da década de 90, com a resistência à ingerência do sistema CREF/CONFED em relação à capoeira. Após sua rearticulação, como resistência aos riscos embutidos na metodologia do Programa Pró-Capoeira, toma como missão o enfrentamento à ameaça mais urgente que se fazia então: a regulamentação da capoeira, através do PL 31/09. A defesa e sustentação deste PL era articulada pelo CNUC (Congresso Nacional Unitário de Capoeira), que construiu uma rede por todo o país, sob a promessa de carteira e melhores condições de trabalho para os mestres. Com o IPHAN buscando outros caminhos para a salvaguarda, o nome Pró-Capoeira passou a ser utilizado pela Fundação Cultural Palmares, que contava com um membro do CNUC infiltrado e passou a realizar seminários pelo Brasil abordando a profissionalização da capoeira e defendendo o referido projeto de lei, bem como seu congênere, o PL 2858/2008. Os dirigentes deste movimento eram do mesmo partido que o então Ministro dos Esportes, e a tentativa de regulamentação da capoeira em formato desportiva se articulava com as Leis Pelé e Agnaldo Piva, abrindo a perspectiva de trazer para a capoeira (através das entidades burocráticas de administração desportiva) recursos oriundos da Loteria Federal.

A desconstrução do III CNUC, em 2014 e 2015, teve uma contribuição fundamental das redes sociais, e bem poderia ser um excelente estudo de caso para este campo. Amplos e calorosos debates foram travados em grupos de whatsapp. Grupos secretos eram criados para articular intervenções coletivas em outros mais amplos dentro do aplicativo, lembrando as artimanhas de Marx e Bakunin na disputa pela liderança na Associação Internacional dos Trabalhadores. O trabalho de esclarecimento e diálogo foi feito com os representantes de cada estado, alertando-os sobre o significado e consequências da burocratização da capoeira e trazendo-os para “o lado negro da força”. Desnecessário é dizer que o sistema federativo e os burocratas constituiriam “o lado branco da força”, eurocêntrico, capitalista, excludente, dominador. Estado por estado foi se descolando, o partido perdeu o ministério, o III CNUC nunca se realizou e o PL 31-09 foi enterrado. Posteriormente o partido expulsaria este articulador e mudaria sua política com relação à capoeira, assumindo a pauta da salvaguarda e da militância organizada. A articulação feita por estes diferentes capoeiristas de todo o Brasil acabou por tomar o formato de uma nova entidade, e foi criada a Rede Nacional de Ação pela Capoeira. O Coletivo Capoeira e Militância e a Rede Nacional também foram os responsáveis pela

derrubada, em articulação com o Ministério da Cultura, da resolução do Conselho Nacional de Esportes que reconhecia a capoeira como uma modalidade desportiva. Construída pelo eterno presidente do CONFEF, que é também presidente do CNE, a resolução submetia, nas entrelinhas, a capoeira ao profissional de educação física. Posteriormente, este movimento também impulsionaria a criação do Fórum de Capoeira de Salvador, outro espaço de articulação e tomada de posição perante o Estado. Vendo que era necessário construir esse processo de mobilização por todo a Bahia, se iniciou a construção de um Congresso de Capoeira da Bahia, foram construídos textos e metodologia, mas esse movimento foi redirecionado para a construção das políticas de salvaguarda em parceria com o IPHAN, criando-se então o Conselho Gestor da Salvaguarda da Capoeira na Bahia.

Organização da Capoeira

As dificuldades para contornar estes conflitos em torno da construção do Plano de Salvaguarda da Capoeira vêm, em grande parte, do próprio processo de organização política da capoeira, que nunca teve a tradição de se estruturar em moldes centralizados.

No final do Século XIX, havia uma intensa perseguição à prática da capoeiragem no Rio de Janeiro. Neste período, os capoeiras se organizavam em maltas, grupos que tinham identidade coletiva, rituais de iniciação, controlavam determinado território, mantinham relações com setores políticos e utilizavam de diversos expedientes para a sobrevivência. Diante da dura realidade da época e do enfrentamento direto que faziam ao Estado, talvez fosse mais factível estabelecer uma comparação com as atuais facções do narcotráfico do que com os grupos de capoeira dos nossos tempos. Carlos Líbano Soares (1994) fala acerca do “Partido Capoeira”, termo utilizado pela imprensa da época para descrever a intervenção ativa das maltas de capoeiras no processo político-eleitoral em finais do século XIX no Rio de Janeiro. Ao dissolver comícios republicanos e proteger seus aliados monarquistas, em uma ação política autônoma e ligada ao espaço das ruas, os capoeiras não agiriam simplesmente por dinheiro. “Nosso objetivo é demonstrar que o papel exercido por estes grupos era fruto de uma opção política. (...) Uma opção alimentada por uma ânsia de participação no processo político, e por uma visão política muito especial” (p. 207), como parte de um processo de “partidarização do cotidiano politizado das classes populares urbanas” (p. 242). Este intenso protagonismo capoeira teve seu auge com a criação da Guarda Negra, um “partido político negro que buscava a participação do ex-escravo nos destinos políticos da nação” (p. 261). A aliança entre maltas de capoeiras e os monarquistas atravessou 20 anos da vida política do país (1870-1890), desmoronando com o fim do antigo

regime.

Na Bahia, há elementos para afirmar que a capoeira se organizou também através de maltas, embora faltem estudos sistemáticos e mais aprofundados sobre este processo. No final do século XIX, o capoeirista Macaco Beleza (Manuel Benício dos Passos), abolicionista militante, monarquista convicto, membro da Guarda Negra, organizou o “massacre do Tabuão”, uma sangrenta emboscada contra os republicanos que acompanhavam seu líder, Silva Jardim (ABREU, 2011).

O advento da República significou um retrocesso para os negros no Brasil, quanto às possibilidades de ascensão social. Se durante o auge da escravidão o regime monárquico tinha permitido a personagens como Machado de Assis, Lima Barreto e André Rebouças se destacarem, a jovem República dominada pelas oligarquias latifundiárias barrou sistematicamente estas poucas oportunidades. Este novo regime político, para o qual a ação política dos capoeiras, ligados ao mundo das ruas, era potencialmente perigosa, cria instrumentos legais de repressão aos mesmos. O Código Penal de 1890, no artigo intitulado “Dos vadios e capoeiras”, criminalizava a capoeiragem e a vadiagem, prevendo como punição, inclusive, a deportação para ilhas-prisão como Fernando de Noronha.

A capoeira sofreria profundas transformações a partir da década de 1930. Houve neste período uma significativa mudança do comportamento social dos capoeiras, que deixaram de ser considerados malandros desordeiros, “capadócios das ruas”, para serem reconhecidos como mestre e agentes culturais, legitimando suas práticas. Seguindo as referências teóricas de Gramsci, Carlos Nelson Coutinho interpreta este processo como sendo uma revolução, passiva, pelo alto, “fruto da conciliação entre setores das classes dominantes e da cooptação das lideranças políticas das camadas médias emergentes (expressas no ‘tenentismo’)” (2005, p. 23). A formação progressiva de uma sociedade civil no Brasil, com sindicatos e partidos políticos organizados, além de intelectuais que tentavam construir uma autonomia relativa em relação ao Estado, fez com que o novo regime fosse obrigado a desenvolver formas de cooptação destes intelectuais, incorporando o sindicalismo à estrutura estatal e estimulando algumas manifestações culturais populares (fontes da identidade nacional).

A capoeiragem baiana, neste período, se organizava através das rodas, pontos de encontro e referências identitárias, que se articulavam ao redor de mestres – os “donos” da roda. Durante toda a década de 1930 há diversas tentativas de articulação política da capoeiragem antiga (que neste período já era conhecida como capoeira angola), inclusive tendo como referência a experiência exitosa de Mestre Bimba, que ao criar a luta regional baiana, posteriormente conhecida como capoeira regional, criou uma escola com regras e método sistematizado de

treinamento.

A partir deste período os capoeiristas passam a se organizar através de grupos, ou escolas, tendo como referência a figura de um mestre, com a criação de hierarquias definidas internamente. Apesar de apresentarem características mais rígidas que a vadição praticada nas ruas, os grupos de capoeira se aproximam de modos africanos de organização. São famílias ampliadas, centradas na figura do “pai” (o Mestre). Fazer parte de um grupo de capoeira é como integrar um quilombo contemporâneo, incorporar valores e pertença, aprender o seu lugar no ritual e conquistar seus direitos gradualmente, de acordo com tempo e aprendizado, até receber a autorização para abrir uma nova casa e iniciar outras pessoas, constituindo uma nova família, que não perde ligação com a matriz. Em diversos aspectos, um grupo de capoeira pode ser comparado com um terreiro de candomblé, outra reconstituição, em terras brasileiras, da família tradicional africana.

Com o crescimento da capoeira e sua valorização por outros setores sociais, se constituem outros formatos de grupos de capoeira, que trabalham com políticas de expansão e filiação, com praticantes distanciados dos seus mestres. Muitos inspiram-se nas políticas mercadológicas de franquias como método de administração. Benedito Araújo associa as novas formas de organização da capoeira à transformação do ensino em mercadoria, ou seja, a partir do momento em que a capoeira passa a valer dinheiro, as relações sociais se alteram e sofrem influências da lógica do capital.

a docência de capoeira caracteriza-se como mediação fundamental no processo de transformação da capoeira de bem comum em mercadoria, desde que, com a saída da capoeira do espaço público, a perpetuação dessa manifestação passa a estar limitada à relação entre mestre, detentor do conhecimento e aprendiz, em contexto de aula.(...) Resumidamente, descrevemos esse processo chamando a atenção para os seguintes aspectos: a restrição da prática da capoeira ao espaço privado, a academia, a formação de turmas de alunos pagantes, com horários pré-definidos, e a sistematização do ensino. (2008, p. 84)

Embora dentro de cada grupo as relações sigam uma hierarquia rígida na relação mestre-discípulo, entre os diferentes grupos (conduzidos pelos mestres) não há consenso em relação à organização política da capoeira como um todo. Em nossa dissertação de mestrado, transformada em livro (MAGALHÃES FILHO, 2012) mostramos como há uma disputa pela hegemonia na tradição da capoeira angola baiana, ou seja, as disputas políticas pelo poder simbólico se revestem de conflitos em torno de aspectos identitários: códigos rituais e corporais, nomenclatura de movimentos, etc. Também aqui podemos fazer um paralelo com o candomblé. Apesar de terem sido criadas diferentes entidades representativas do povo de santo, como a União das Seitas Afro-Brasileiras e posteriormente a Federação do Culto Afro-Brasileira, todas

as tentativas de imposição de normas e padrões aos terreiros falharam, uma vez que “cada um é rei em sua casa”. Assim também é na capoeira.

Na década de 70 surge um outro formato de organização da capoeira, com o início da esportivização. Em 1972 se cria no Rio de Janeiro o Departamento Especial de Capoeira, ligado à Confederação Brasileira de Pugilismo, e em 1974 se cria a primeira federação estadual em São Paulo. Se intensifica a partir deste período um discurso acerca da necessidade de organização em moldes desportivos como único caminho possível para o crescimento da capoeira. Diversas federações e ligas são fundadas pelo país, e discute-se mais do que nunca a padronização das recém-criadas graduações, da nomenclatura e técnica de movimentos, indumentária, critérios de competição, etc. Em alguns estados, federações entram em embate direto com setores da comunidade capoeirista, exigindo a filiação obrigatória e ameaçando fechar eventos de grupos não associados. A criação de diversos níveis de graduação, inspirada nas artes marciais orientais, representa um processo de rotinização do carisma segundo uma perspectiva weberiana. Se nos tempos da vadiagem informal o mestre era reconhecido após muito tempo de atuação, sem rituais objetivos de formação e passagem, a dinâmica do mercado exige títulos e diplomas que credenciam os capoeiristas a ministrarem aulas. Posteriormente, o sistema CREF/CONFEF tentará também “organizar” a capoeira em outros moldes, tentando estabelecer a obrigatoriedade do diploma de educação física para se ensinar capoeira, mas encontra fortes resistências e não consegue impor seu projeto. A representatividade destas entidades é questionada, e boa parte do cenário recusa a perspectiva de uma entidade centralizada representando a capoeira.

Federações e Frentes Parlamentares

Enquanto os capoeiristas “se estranhavam” com o IPHAN em relação a critérios de representatividade e participação, um outro movimento se criava, sem nenhuma relação orgânica com a capoeira, mas com a pretensão de representá-la institucionalmente. Em 29/04/2010, o deputado federal Márcio Marinho (PRB-BA) anunciava no plenário a criação da Frente Parlamentar em Defesa da Capoeira⁹. Radialista carioca radicado na Bahia, bispo da Igreja Universal do Reino de Deus, até então Marinho nunca se envolvera institucionalmente com as manifestações culturais afro-brasileiras, apesar de ser negro. Em suas proposições, encontram-se algumas ligadas ao esporte, tendo sido membro da Comissão do Esporte da Câmara. Em pouco tempo, se põe a operar politicamente com capoeiristas de diferentes lugares do Brasil.

⁹<https://goo.gl/ADC9Qg>

Partido que abrigou o ex-vice-presidente José de Alencar, o PRB participou dos governos Lula e Dilma, tendo permanecido neste “até os 45 do segundo tempo”, quando “deu uma rasteira” e participou do golpe parlamentar, votando pelo *impeachment*. Seus parlamentares também votaram a favor da reforma trabalhista e do arquivamento da denúncia contra o presidente golpista Michel Temer. No site do partido, mesmo tentando fazer uma desassociação entre igreja e partido, se reconhece sua relação umbilical: “O PRB teve sua gênese na IURD e este é um fator indiscutível¹⁰”. Aí se explicita a contradição que faz uma parcela significativa da capoeira pôr um pé atrás.

A Igreja Universal do Reino de Deus tem liderado os casos de intolerância religiosa, com ataques diretos aos cultos afro-brasileiros, por todo o Brasil, utilizando sua imensa estrutura de mídia que inclui veículos impressos, radiofônicos e televisivos. Segundo Ari Pedro Oro (2006), a Universal é uma “igreja religiofágica”, ou seja, que se alimenta de outras religiões e incorpora elementos simbólicos das mesmas à sua teologia, mas de forma ressignificada. Ela seria também, segundo o mesmo pesquisador, uma igreja “neopentecostal macumbeira”. Ou seja, ela se apropria de diversos elementos das religiões de matriz africana, como rituais de “fechamento de corpo”, “corrente da mesa branca”, uso de água benzida, arruda, incorporação de entidades, dentre outros, além do uso de expressões familiares ao universo cultural afro-brasileiro. Entretanto, o reconhecimento da existência destas entidades é apenas para caracterizá-las como manifestações demoníacas que devem ser combatidas, desmoralizadas e destruídas. O autor identifica a adesão da igreja à “Teologia da Guerra Espiritual”, de origem norte-americana, que transforma os fiéis em novos cruzados, demonizando e perseguindo tradições espirituais não-cristãs. De acordo com Vagner Santos (2013, p. 51), “mais do que se beneficiar da vitalidade das religiões que tiveram sucesso, o que ocorre é um processo de ‘canibalismo’, pois os evangélicos buscam devorar e reprocessar ritos, mitos e tradições, com o objetivo de aniquilar o inimigo”.

Em 17/04/2013, se criava uma Frente Parlamentar em Defesa da Capoeira na Câmara Municipal do Salvador, presidida pelo vereador Luiz Carlos, também membro do PRB e pastor da IURD. Ao tomar conhecimento pelo Diário Oficial (uma vez que não houve nenhum anúncio e nenhum capoeirista foi informado ou convidado), o Coletivo Capoeira e Militância convocou diversos capoeiristas e entidades, incluindo a FECABA (Federação de Capoeira da Bahia¹¹), e os capoeiristas “invadiram” a reunião fechada de formação da Frente. Com o tempo, a Federação

¹⁰ <https://www.prb10.org.br/noticias/opiniao/prb-12-anos-e-hora-de-comemorar-mas-tambem-de-esclarecer/>

¹¹ <http://fecabacapoeira.blogspot.com.br/>

passa a participar das reuniões da Frente e costurar politicamente com o mandato do vereador. As articulações se fortalecem nos bastidores e um episódio inusitado ajuda a virar o jogo.

Em visita da Fecaba ao então Secretário de Turismo da Bahia, o presidente recebe da diretoria uma sacola com lembranças e a entrega ao Secretário. Para sua surpresa, além de uma pequena escultura, a sacola continha um cordão branco e um diploma de mestre de capoeira, assinado pelo então vice-presidente, que aliás, é evangélico. A foto da entrega, a um político não capoeirista, de um cordão branco e um diploma, símbolos de uma formatura a mestre de capoeira, rodou o mundo e provocou uma forte polêmica, em que se trocavam acusações sobre a iniciativa e responsabilidade do ato. Com a renúncia do presidente, a Federação foi diretamente aparelhada ao mandato do vereador, que se tornou seu presidente de honra. A substituição dos mestres de capoeira pelo vereador enquanto representação da entidade foi tão significativa que no evento Capoeira Premium, realizado pela entidade em dezembro de 2015, o pastor posou de dono da festa, chamando ao palco e entregando os certificados a cada homenageado (o autor desse texto foi um deles). A política de cooptar antigos mestres através de homenagens se demonstrou eficaz, e os certificados de “Notável Saber” (para uma geração intermediária) e “Guardião dos Saberes” (para a geração mais antiga) conseguiram concentrar a nata da capoeira da Bahia, ávida por reconhecimento institucional depois de tantos anos de dedicação a essa arte-luta. Apesar dos sucessivos presidentes, a linha política se manteve até sofrer um racha em 2018.

Em 25/08/2015, o deputado Márcio Marinho realizou na Câmara dos Deputados a audiência pública “A capoeira no Brasil”, a princípio composta quase que exclusivamente por federações. Após uma ampla articulação da Rede Nacional de Ação pela Capoeira, a participação se diversificou e a pauta central se tornou o rechaçamento do PLC 31/09, de regulamentação da capoeira. Se afirmava ali a importância da capoeira livre, praticada e organizada de forma autônoma por seus detentores, os mestres, sem ingerência de nenhuma federação, confederação ou entidade representativa.

O PLS 17/2014 também foi debatido e amplamente recomendado pela maioria presente. Tratava-se da possibilidade das escolas públicas celebrarem convênios com as associações de capoeira para contratar os mestres, contramestres e professores para darem aula de capoeira, sem necessidade de estarem ligados a nenhuma federação/confederação. Os planos, entretanto, eram outros. A Frente Parlamentar de Salvador, mesmo tendo caráter municipal, promoveu audiências públicas em diversas cidades do interior da Bahia, terminando por apresentar um projeto ao prefeito de Salvador e criando a Lei 9.072/2016. A diferença desta Lei para o projeto que a inspirou está em um detalhe: a inserção das federações dentre as entidades aptas a estabelecer convênios. Através de uma pequena malandragem opera-se a política. A parceria apontada pelo

município e celebrada pela mídia foi com a própria federação, que passaria a escolher quem ensinaria nas escolas ou não. Em última instância, seguindo essa perspectiva, só poderia dar aula quem “comer nas mãos” da federação e da Igreja Universal. A lei ainda não foi implementada, mas é assim que foi desenhada e apresentada publicamente. A aceitação dessa vinculação possível a uma federação abriu caminho para que ela se tornasse obrigatória. O chamamento público que permitiria a celebração de convênio com uma entidade para coordenação e execução desse projeto não foi publicado na internet nem muito menos divulgado, mas apenas anunciado no Diário Oficial de 28/06/2018. Para ter acesso ao mesmo era necessário fazer um cadastro prévio. Quatro entidades se inscreveram, mas duas destas estavam umbilicalmente ligadas à Fecaba, que também concorreu, ou seja, eram três propostas combinadas e construídas em conjunto. Após mobilização do Conselho Gestor da Salvaguarda, por uma feliz coincidência, todas as entidades foram desclassificadas por não atenderem plenamente aos critérios estabelecidos.

Ao sair do Senado e chegar na Câmara dos Deputados, o PL 17/2014 recebeu a numeração 1966/2015 e foi parar nas mãos do bispo Marinho, que prontamente apresentou um substitutivo com uma alteração mais avançada do mesmo artigo:

Art. 2º Os estabelecimentos de educação básica, públicos e privados, somente poderão celebrar parcerias com entidades ou associações que sejam vinculadas a entidades de administração do desporto de capoeira, nos termos desta Lei¹².

Ou seja, houve uma inversão completa do sentido original! De uma afirmação da autonomia, a legislação passou a atrelar os capoeiristas ao falido sistema federativo. Agora de maneira mais incisiva, se arma um controle do mercado de trabalho, e só tem acesso ao mesmo quem se vincular às federações. E quem controla as federações? Quais são os interesses em jogo, para que o substitutivo contrarie uma audiência pública em que se expressava o posicionamento de toda uma comunidade? Seria mais um passo na construção da hegemonia cultural da IURD e seu projeto de dominação? Questões ainda em aberto, mas com respostas intuídas por quem está acostumado a prever o jogo pela ginga. A participação do ex-articulador do CNUC e do presidente da CBC nas campanhas do PRB confirmaria posteriormente essas suspeitas. Em Salvador, cerca de 80 grupos de capoeira saíram às ruas em manifestação¹³ no dia 16/08/2017 para protestar contra o substitutivo, mas este foi aprovado pelo parlamentar na Comissão de Esportes e segue em tramitação.

¹² <https://goo.gl/gPqgN1>

¹³ <https://www.youtube.com/watch?v=t1A4R3B8eh4&t=104s>

Salvaguarda na Bahia

A Bahia iniciou seu processo de construção da salvaguarda atrasado em relação a outros estados. Quinto maior estado do Brasil, quarto em população, é dividido em 27 Territórios de Identidade. Em 2014 se iniciaram encontros, realizados pelo IPHAN, nas regiões de maior presença e expressão da capoeira no estado. Posteriormente, um pequeno edital permitirá que os próprios grupos de capoeira realizem seminários em territórios ainda não alcançados, capilarizando o debate da salvaguarda. Por conta da baixa participação dos angoleiros, a capoeira angola foi tratada como um “território” à parte e contou com um evento específico. Nos 10 seminários “Salve a Capoeira” elegeram-se grupos de trabalho que participaram posteriormente do Seminário Estadual, em abril de 2016, elegendo um Conselho Gestor com cerca de 35 membros (hoje são 39) e igual quantidade de suplentes, incluindo representações institucionais.

Um fato interessante a se destacar é que nenhuma instituição representativa da capoeira reivindicou uma participação institucional no Conselho, embora membros da ABCA, ADESCA, ABPC e outras entidades tenham se feito presentes nos seminários e composto os GTs. Na tarde do segundo dia, depois de aprovado o Plano da Salvaguarda, quando restava apenas a tarefa de eleger o Conselho Gestor, circulou a informação de que a Fecaba, através de articulação política direta com a superintendência do IPHAN, comporia o CG sem ter acompanhado o processo de construção. Essa proposta foi apresentada à plenária e prontamente rechaçada pela maioria presente, sob os argumentos de que tentar “entrar pela janela” constituiria um golpe. No cenário *pré-impeachment*, as palavras de ordem ainda eram “Não vai ter golpe” e “Golpe, só de capoeira”. Ao tomar a palavra para fazer defesa da proposta, um dos diretores da Federação, visivelmente nervoso, atacou diretamente a mulher que o antecederia no microfone, com palavras de baixo calão. A reação da plateia foi imediata e uma poderosa vaia o escorraçou do Forte Santo Antônio, sendo a proposta votada e rejeitada por unanimidade.

Essas diferentes forças em ação nos colocam diante de um cenário complexo, especialmente em tempos de golpe, quando projetos antipopulares nos são empurrados goela abaixo na calada da noite. A Bahia, “meca da capoeira”, tem um Conselho Gestor da Salvaguarda que é amplo, democrático e representativo, se firmando progressivamente como o espaço mais legítimo de construção e articulação política no estado. Por outro lado, a Federação, hegemônica pela Igreja Universal, está em constante articulação com a prefeitura de Salvador e o ilegítimo governo federal golpista, bastiões da reação conservadora no Brasil. A maior parte dos seus diretores, seguindo as diretrizes da IURD, apoiou o candidato fascista que foi eleito

presidente. O PRB se articula nacionalmente com a Confederação Brasileira de Capoeira e com os escombros do antigo CNUC. Outros atores se colocam neste cenário: a UFCB, União das Federações de Capoeira do Brasil, quer substituir as entidades anteriores e ser a nova regulamentadora da capoeira. O CONFEF teve que dar passos atrás por conta de ações da capoeira organizada, mas não desistiu de tentar controlar a capoeira e espera o momento propício para dar o bote. Conseguirá a capoeira se organizar nacionalmente em torno das políticas de salvaguarda ou levará uma nova rasteira do movimento federativo? Sua prática será regulamentada em moldes esportivos ou os antigos mestres terão suas tradições orais valorizadas como referencial maior? Que caminhos trilhará a capoeira da Bahia em articulação e diálogo com este cenário nacional?

REFERENCIAS

- ABREU, Frederico José de. **Macaco Beleza e o Massacre do Tabuão**. Salvador, Barabô, 2011.
- ARAÚJO, Benedito Carlos Libório Caires. **A Capoeira na Sociedade do Capital: a docência como mercadoria-chave na transformação da capoeira no Século XX**. Dissertação de mestrado - UFSC, 2008.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e Sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas**. Rio de Janeiro: DP & A, 2005.
- MAGALHÃES FILHO, Paulo Andrade. **Jogo de discursos: a disputa por hegemonia na tradição da capoeira angola baiana**. Salvador: EDUFBA, 2012.
- ORO, Ari Pedro. **O “neopentecostalismo macumbeiro”**. Revista USP, nº 1: 2006.
- POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
- SANT'ANNA, Marcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: LIMA, M. F., ECKERT, C. & BELTRÃO, J. (org). **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra/ ABA, 2007.
- SANTOS, Adalberto. **Tradições populares e resistências culturais: políticas públicas em perspectiva comparada**. Salvador: EDUFBA, 2011.
- SANTOS, Vagner José Rocha. **O sincretismo na culinária afro-baiana: o acarajé das filhas de Iansã e das filhas de Jesus**. Dissertação (mestrado) – UFBA, IHAC, Salvador, 2013.
- SMITH, Laurajane. **Uses of heritage**. London; New York: Routledge, 2008.
- SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **A Negregada Instituição: Capoeiras no Rio de Janeiro (1850-1890)**. Rio de Janeiro: Access, 1994.
- VASSALLO, Simone Pondé. **Capoeiras e intelectuais: a construção coletiva da capoeira “autêntica”**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n.º 32, 2003, p. 1-20.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. In: LIMA, M. F., ECKERT, C. & BELTRÃO, J. (org). **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra/ ABA, 2007.

Paulo Andrade Magalhães Filho

(Contramestre Sem Terra)

Doutorando pelo Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (Pós-Cultura - UFBA). Jornalista (UFMG), Mestre em Ciências Sociais (UFBA). Contramestre de capoeira angola, membro da Associação Brasileira de Capoeira Angola e do Conselho Gestor da Salvaguarda da Capoeira na Bahia. E-mail: paulomagalhaes80@gmail.com
